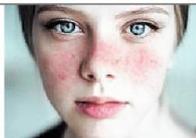


**DESTAQUES
DO PORTAL
A TARDE**



Royal Queen Seeds / Reprodução

**Lúpus: Bahia
registra 7.458
pessoas internadas**
atarde.com.br/saude

**Policlínica
em Jacobina abre
concurso público**
atarde.com.br/concursos

www.atarde.com.br
71 3340-8991
(Cidadão Repórter)
71 99601-0020
(WhatsApp)

EDITORIAL O aprendizado da política

O direito legítimo à manifestação da cidadania e a defesa da educação, que levou grande número de pessoas às ruas, constituem dois dos pilares da monumental edificação que nos acostumamos a chamar de Estado Democrático. São conquistas da humanidade diante da necessária construção de espaços de convivência entre segmentos diversos. A escassez de recursos impõe limites a estas aspirações próprias dos grupos sociais.

A livre expressão advém desta superposição de desejos cuja melhor expressão é o convívio entre contrários. Se milhões de cidadãos foram às ruas, manifestar-se diante de decisões que lhes desagrada-

ram, é um belo sinal de fortalecimento da nossa democracia. Acresce que o presidente eleito no voto direto e secreto também cumpriu seu dever de fazer-se ouvir, ainda que suas palavras possam ter sur-

Desejamos a melhor educação para o País, tanto os governantes eleitos quanto os professores, discentes e servidores

tido o efeito de polémica. A réplica imediata, com todos os reparos que possam merecer, é igualmente positiva.

Desejamos a melhor educação para o País, tanto os governantes eleitos quanto os professores, discentes e servidores. Ocorre que as condições materiais não são suficientes para superarmos as dificuldades impostas pela escassez anunciada. Como explicou o ministro da Educação, com sua inexta metodologia dos chocolates, foi preciso impor o contingenciamento, embora sua alusão a supostas balbúrdia e deficiência produtiva nas universidades pudesse ter sido evitada.

Para uma democracia deficiente, em

um Estado-nação construído e demolido seguidas vezes, a política ainda é algo estranho: somos uma sociedade inabituada ao convívio de contrários. A nova oportunidade de aprendizado da política consiste nesta experiência das refregas, como vimos nas manifestações de rua, em contraponto à alegada necessidade governamental de remodelar o segmento.

Se a proposta federal é a desconstruir o arcabouço edificado nos últimos anos, para a comunidade acadêmica e a cidadania em geral, o desmantelamento não atende. Trata-se de um conflito de desejos que só o diálogo poderá pacificar.

BRUNO AZIZ

SIGILO



Planejando a mobilidade urbana

Mauro Cardim

Secretário de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de Lauro de Freitas, presidente do Instituto Metropolitano de Desenvolvimento Social e Inovação
maurocardim@me.com.br

Com o crescimento da região metropolitana de Salvador (RMS), tornou-se importante debater o desenvolvimento econômico, social e as particularidades de cada município desta região, sobretudo no contexto do crescimento do PIB; distribuição de riquezas; mobilidade urbana sustentável e inovação tecnológica como fator de inclusão social.

Há uma disparidade entre o bem-estar social, o crescimento econômico regional e o desenvolvimento social na RMS. E o desenvolvimento desigual é uma característica comum dos municípios e os investimentos públicos realizados em micro regiões/territórios não surtiram os resultados efetivos pretendidos.

Em um dos temas onde é aprofundado o fosso social é a mobilidade urbana, com os mais abastados e classe média em seus veículos e as classes populares transitando diariamente em transportes de massas. E faz-se necessário, portanto, investir na qualificação dos transportes de massa.

Sob a ótica da Mobilidade Urbana Sustentável, o Brasil e outros 192 países se comprometeram a tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Este é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para 2030. Para alcançar esses objetivos, foram descritas 169 metas – muitas envolvendo a mobilidade urbana. Mas, assim como em outros lugares no mundo, os municípios brasileiros ainda têm grandes desafios para atingir essas metas.

Embora o país já tenha diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana, falta implementá-las para que as cidades se aproximem das metas. A Política Nacional de Mobilidade Urbana é prevista na Lei Federal nº 12.587/2012 para definir princípios, diretrizes e objetivos compatíveis com os conceitos de mobilidade urbana sustentável.

Estes assuntos foram temas do Seminário Metropolitano de Desenvolvimento Econômico, Mobilidade Urbana e Inovação MetroUrb 2019, que ocorreu recentemente em Lauro de Freitas.

Os debates contaram com a presença do vice-governador do estado da Bahia, João Leão; do secretário da Casa Civil do Governo da Bahia, Bruno Dauster; do CEO da Marcopolo Rail, Petras Amaral; do secretário de Transportes e Obras Públicas do estado do Espírito Santo, Fábio Ney Damasceno; do CEO da Aeromovel Brasil, Marcos Coester; e da diretora de Governo e Infraestrutura do BN-DE, Karla Bertocco, além de outras autoridades e experts.

Na qualidade de curador técnico do seminário, acredito que foi um debate de suma importância para o planejamento da mobilidade urbana na RMS.

Uma das conclusões que será inserida na Carta Técnica do encontro que será encaminhada às autoridades é a necessidade de integração entre os diversos modos de transporte da região metropolitana de Salvador.

Violência contra a mulher: fechar o cerco aos agressores

João Dorja

Governador do estado de São Paulo

Em São Paulo, adotamos medidas para que duas das mais importantes leis de proteção às mulheres – a Maria da Penha, de 2006, e a do Feminicídio, de 2015 – alcancem resultados e sejam obedecidas.

A prioridade é ampliar mecanismos de proteção das mulheres. Em quatro meses, passou de uma para dez o número de Delegacias de Defesa da Mulher abertas 24 horas por dia. Até o ano passado, apenas a unidade da Sé, no centro de São Paulo, funcionava ininterruptamente. Agora, fizemos a expansão para regiões nas extremidades da capital, para o interior, com DDMs 24 horas em Sorocaba e Campinas, e para o litoral, com a DDM 24 horas de Santos. Nelas, as vítimas são acolhidas por delegadas e agentes especialmente treinadas. Serão 40 DDMs em todas as regiões do estado até o fim de

2022. No mês de março e abril, com as dez DDMs em funcionamento, mais de 6,5 mil mulheres puderam recorrer ao estado para se proteger.

Um dos efeitos da Lei do Feminicídio foi dobrar a pena para quem mata mulheres em cenários de violência doméstica ou discriminação à condição de mulher. Ao tipificar corretamente o crime, ampliam-se, num primeiro momento, as notificações à polícia. Para o Estado, saber onde acontecem e quando acontecem os crimes ajuda a formular políticas públicas mais eficientes. Para a sociedade, o fundamental é que todos os autores sejam identificados, julgados e punidos. O aumento da pena previsto na Lei do Feminicídio só alcança o efeito inibidor, se houver a certeza da punição.

Outra preocupação é oferecer meios ágeis para proteger as mulheres. Lançamos o aplicativo SOS Mulher, desenvolvido pela Polícia Militar e acessível a todas as mulheres que já tenham medida protetiva concedida pela Justiça. Manter o agressor distante reduz o risco de des-

fechos ainda mais trágicos.

Com o aplicativo, mulheres que precisam de proteção imediata acionam a viatura policial mais próxima com um clique no celular. Em apenas 15 dias, foram realizados 2,381 downloads do SOS Mulher.

Mas também é preciso mudar a triste cultura machista que motiva agressões. Com a Campanha Maria da Penha, escolas estaduais e particulares desenvolvem atividades pedagógicas sobre leis de proteção à mulher e o respeito aos direitos humanos. Uma nova geração que saiba respeitar e dialogar é quem vai criar, de fato, uma sociedade mais justa para as mulheres.

O caminho da mudança é mais rápido quando cada mulher encontra uma delegacia para denunciar seu agressor e obter a proteção do Estado. Devemos fechar o cerco a homens violentos, garantir que todos os criminosos sejam punidos e trabalhar para mudar a cultura machista dos que se julgam donos das mulheres. Chega de feminicídio.

A TARDE

Fundado em 18/10/1912

Presidente de Honra: Renato Simões

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: João Mello Leitão

Conselheiros: Raulfúfio Bocayuva e Renato Simões Filho

Diretora de Redação: MARIANA CARNEIRO

Diretor Controller: LUCAS LAGO

Diretor de Operações: CLEBER SOARES

Diretor Comercial: HÉLIO TOURINHO

Gerente Industrial: ÉLIO PEREIRA



ASSOCIAÇÃO
A S P
SOCIABRE
INTERAMERICANA
DE IMPRENSA



MEMBRO
FUNDADOR DA AN
ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALIS
ASSOCIADA
AO IVC
INSTITUTO
VERIFICADOR DE
COMUNICAÇÃO



FEDERAÇÃO
PELA
SOCIETY
FOR NEW
DESIGN

SEDE: RUA PROFESSOR MELTON CAIRES DE BRITO, Nº 304, CAMINHO DAS ÁRVORES, CEP. 41820-500, SALVADOR/BA. FALÉ COM A REDAÇÃO: (71)3340-8800; (71)3340-8900. FAX: (71)3340-9720 OU (71)3340-9718. DE SEGUINDO À SEXTA-FEIRA DAS 6:00 À MEIA-NOITE. SÁBADOS, DOMINGOS E FÉRIAS: DAS 9:00 ÀS 21 HORAS. SUGESTÃO DE PAUTA: CIDADANOREPÓRTER@GRUPOAARDE.COM.BR; (71)3340-8991. CLASSIFICADOS POPULARES: (71)3333-0855. CIRCULAÇÃO: (71)3340-8614. CENTRAL DE ASSINATURA: (71)3333-0850.